

Engels e a teoria do bonapartismo

Felipe Demier

Doutor em História
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Engels e a teoria do bonapartismo

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir as contribuições de Engels para o que chamamos de uma “teoria do bonapartismo”. Nesse sentido, o texto aborda as mais importantes elaborações do teórico alemão sobre o fenômeno bonapartista, com destaque para suas análises acerca do regime bismarckista, no qual um novo e centralizado aparelho estatal, gozando de autonomia face às classes sociais, dirigiu um acelerado processo de industrialização.

Palavras-chave: 1. Bonapartismo; 2. Friedrich Engels; 3. Otto von Bismarck

Engels and the theory of Bonapartism

Abstract: This article aims to present and discuss the contributions of Engels to what we call a "theory of Bonapartism". In this sense, the text addresses the German theoretician's most important elaborations on the Bonapartist phenomenon, highlighting his analyses about Bismarck's regime, in which a new and centralized state apparatus, enjoying autonomy in relation to the social classes, has led an accelerated industrialization process.

Keywords: 1. Bonapartism; 2. Friedrich Engels; 3. Otto von Bismarck

“Assim, Bismarck deu o audaz passo do sufrágio universal, ainda que sem Lassalle, ainda que sem seu Lassalle. Ao que parece, depois de certa resistência o burguês alemão se conformou com isto, pois o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de governar diretamente, e por isso ali onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração (como se faz aqui na Inglaterra) pode-se encarregar de dirigir o Estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é a semiditadura bonapartista. Esta defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra sua própria vontade, mas ao mesmo tempo, não lhe concede acesso ao poder (político). Do outro lado, esta mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra a sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia.” (MARX; ENGELS, 1973, P. 174.)

Foi sob o impacto da recente emergência de um regime bonapartista na Alemanha que então se unificava, e da ousada instauração por aquele do “sufrágio universal” (masculino, na verdade) para as eleições do *Reichstag* (1866), que Engels escreveu a carta a Marx da qual retiramos o fragmento acima. A nosso ver, a sugestiva (porém hiperbólica) ideia trazida por aquela missiva, que diz ser o bonapartismo a “religião da burguesia contemporânea” (isto é, a “forma normal” de regime político burguês), inspirou-se no impressionante fato de que, além da França, outra importante nação europeia, a Alemanha – na verdade, ainda em seu processo de formação nacional – adotava um regime político no qual se destacava uma máquina estatal burocrático-militar que surgia como uma força independente e localizada acima da sociedade.

Afora essa definição um tanto quanto impressionista do bonapartismo,¹ Engels, em termos gerais, abordaria tal fenômeno por uma perspectiva interpretativa muito similar à elaborada por Marx no caso “clássico” francês. Se Marx lançara as bases de uma teoria do bonapartismo a partir de uma inigualável análise *jornalística* de uma situação histórica concreta, a trama política francesa de 1848-1851 (MARX, 1978), Engels, por sua vez, pôde aproveitar-se dos subsídios teórico-analíticos gerados por aquela análise para interpretar a nova ocorrência do fenômeno bonapartista, desta vez em terras germânicas: o regime *bismarckista* alemão.

Indubitavelmente, a maior contribuição de Engels para o desenvolvimento de uma teoria do bonapartismo foram suas poucas, mas perspicazes, elaborações relativas à formatação política do *Segundo Império* alemão (*Segundo Reich*), arquitetada pelo *chanceler de ferro* Otto Von Bismarck. Nessas elaborações, nas quais as peculiaridades da *variante* bonapartista alemã foram habilmente percebidas e destacadas, Engels sistematizou e desenvolveu um conjunto de ideias sobre o bonapartismo que Marx havia proposto em seus escritos sobre a França, sobretudo em *O 18 brumário*.²

Bonapartismo: as revoluções "de cima para baixo"

Em sua conhecida “Introdução” de 1895 para *As lutas de classes na França*, Engels, em um pequeno parágrafo, captou a essência da conjuntura política que desembocara no golpe de Estado de Luís Bonaparte: a existência de uma profunda divisão política da burguesia em um momento no qual o proletariado

1 Embora, ao que conste, não tenha sido sequer utilizada outra vez pelo próprio Engels, essa exagerada definição do bonapartismo (“religião da burguesia”) embasaria as elaborações de Poulantzas acerca da estrutural (permanente) “autonomia relativa do Estado capitalista” face às classes sociais (POULANTZAS, 1971). Do mesmo modo, essa noção do bonapartismo como a “forma normal” de regime político adotado pela burguesia contemporânea parece estar também na base da ampla acepção do conceito proposta por Domenico Losurdo (ainda que o filósofo italiano, diferentemente de Poulantzas, não se refira às palavras de Engels em questão) (LOSURDO, 2004). Quanto a isso ver DEMIER (2012, p. 35-45).

2 Uma interessante discussão acerca dos escritos de Engels (e Marx) sobre o *bismarckismo* pode ser encontrada em DRAPER (1977). Ver também ARTOUS (1999).

aparecia como uma ameaça, ainda que potencial, à ordem social (em termos gramscianos, uma verdadeira “crise de hegemonia”). Engels consideraria que o desfecho golpista daquela conturbada crise social e política aberta pela Revolução de Fevereiro de 1848 teria marcado o encerramento das revoluções “democrático-burguesas” na Europa; conseqüentemente, teria sido inaugurada na velha Europa a etapa das modernizações capitalistas dirigidas pelo Estado – as quais tenderiam a assumir formas bonapartistas:

“Uma burguesia dividida em duas frações monarca-dinásticas, mas que solicitava sobretudo calma e segurança para seus negócios financeiros e diante dela um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agrupavam-se, cada vez mais, pequenos burgueses e camponeses; a ameaça contínua de uma exploração violenta que, apesar de tudo, não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva, tal era a situação que se podia considerar como feita especialmente para o golpe de Estado do terceiro pretendente, o pretendente pseudodemocrata Luís Bonaparte. Servindo-se do exército, este pôs termo, a 2 de dezembro de 1851, àquela situação tensa, assegurando à Europa a tranquilidade interior mas presenteando-a, por outro lado, como um novo período de guerras. Encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo pra cima; sucedeu-lhe um período das revoluções de cima para baixo” (ENGELS, s. d., p. 99-100).³

Bem antes, em um artigo escrito em 1865 e intitulado “A questão militar prussiana e o partido operário alemão” (que tinha como objeto central o regime *bismarckista* que então se erigia no antigo Império Prussiano), Engels já havia oferecido uma ilustrativa síntese do bonapartismo francês, destacando vários de seus aspectos constituintes, entre os quais, o forte peso político da burocracia, a política estatal de cooptação de uma parcela do proletariado, o cerceamento das “liberdades democráticas” e, naturalmente, a existência de um poder governamental alocado acima das classes sociais antagônicas da sociedade

3 Muito possivelmente, acreditamos, foi nesta conhecida e polêmica “Introdução” escrita por Engels para que Gramsci buscou inspiração para suas formulações teóricas como “hegemonia” e, sobretudo, “guerra de posição”.

moderna. Referindo-se à configuração política do *Segundo Império* francês, afirmara:

“A forma natural desta dominação era naturalmente o despotismo militar e o seu chefe natural Luís Napoleão, seu herdeiro legítimo. O bonapartismo se coloca tanto acima dos operários quanto dos capitalistas, impedindo o choque entre eles. Dito de outro modo, defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários, favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes, sempre tirando tanto de uma quanto da outra qualquer espécie de poder político. Nenhum direito de associação, nenhum direito de reunião, nada de liberdade de imprensa. O sufrágio universal, sob pressão da burocracia, torna impossível qualquer eleição da oposição; e um regime policial jamais atingido anteriormente, inclusive na França com tudo que possui de policial. Aliás, uma parte da burguesia, assim como dos operários, está diretamente comprada. Uma pelos roubos colossais do crédito, através dos quais o dinheiro dos pequenos capitalistas é jogado no bolso dos grandes; a outra pelas grandes obras nacionais constituindo-se num proletariado artificial e imperial submetido ao governo, que se desenvolve nas grandes cidades ao lado do proletariado real e independente. Enfim, o bonapartismo ilude a coragem nacional através de guerras aparentemente heroicas, mas que na realidade são realizadas com a autorização da Europa contra o bode expiatório comum no momento – e em condições tais que a vitória está de antemão assegurada.⁴ O principal resultado que um regime assim pode trazer aos operários e à burguesia é que eles descansem da luta e que a indústria se desenvolva fortemente (se as condições se adequarem), e portanto os elementos de uma nova luta, mais violenta se desenvolvem, até que estoure assim que a necessidade do repouso desapareça. O cúmulo da estupidez seria esperar mais para os operários de um regime que existe exatamente para tê-los presos diante da burguesia” (ENGELS *apud* BARSOTTI, 2009, p. 101-102).

Além dos elementos presentes nesse trecho os quais já havíamos antecipado acima, chamam a atenção, particularmente, dois outros: a formação de um

4 Provavelmente, Engels se refere aqui ao envio de tropas francesas à China (1857-1860), então em processo de partilha pelas potências europeias. Sob Napoleão III, a França, entre outros conflitos internacionais, participou também das guerras da Criméia (1854-1856), da invasão do México (1862-1867) e da guerra franco-prussiana (1870-1871), a qual resultaria no fim do regime bonapartista e do *Segundo Império* (1852-1870).

proletariado “artificial” pelo regime bonapartista francês e a ideia de um “descanso” da luta de classes sob a vigência do bonapartismo.

Quanto ao primeiro, consideramos que ele lança luz sobre um traço característico do tipo bonapartista de regime político: a particular relação estabelecida pelo Estado com as massas populares. Ao impulsionar inúmeras obras públicas, que proporcionavam trabalho para os desempregados, e atendendo a pequenas demandas do proletariado, o bonapartismo francês lograva angariar o apoio político de uma parcela massiva dos setores sociais explorados. Conforme destacaremos mais ao final, este traço bonapartista, segundo o próprio Engels, se manifestaria também na Alemanha *bismarckista*.

No que tange ao segundo elemento, pode-se dizer que Engels apreendeu o real movimento que se processava nas camadas mais profundas da sociedade francesa sob o comando *arbitral* de Luís Bonaparte. A percepção dialética de uma luta de classes que, mesmo amainada temporariamente sob o bonapartismo, continuava a se desenvolver constante e silenciosamente até o momento em que irromperia novamente não tardou a se mostrar acertada: em 1871, o movimento operário, que já vinha se reorganizando na década de 1860, abalaria de forma inaudita os alicerces da sociedade burguesa com o advento da Comuna de Paris, fundada sob os destroços do *Segundo Império*.

Essa luta de classes “congelada”, “imobilizada em equilíbrio” (DRAPER, 1977, p. 407)⁵ se constituiria, conforme assinalou Engels ao final do último trecho citado, na base política para o desenvolvimento industrial capitalista da França. Essa relação causal entre a formatação política bonapartista e o progresso do capitalismo francês seria apontada de uma maneira mais contundente por Marx em sua *A guerra civil na França* (1871). Aliás, seria justamente em uma “introdução” de 1891 para a terceira edição alemã desta obra de Marx (portanto, vinte anos depois de sua primeira publicação) que Engels exporia novamente tal nexos entre poder bonapartista e crescimento capitalista, retomando também à caracterização feita à época por Marx do

5 Draper se referiu à sociedade civil sob o bonapartismo como uma sociedade “engessada” (Bonapartism: society in a plaster cast”, cuja tradução mais adequada talvez seja “a sociedade em um molde de gesso”). (DRAPER, 1977, p. 407).

regime francês como expressão política de um momento de equilíbrio entre as classes fundamentais da sociedade moderna:

“Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França, a burguesia já não podia seguir governando-a. Pelo menos naquele momento, em que sua maioria era ainda de tendências monárquicas e se encontrava dividida em três partidos dinásticos [*orleanistas, legitimistas e bonapartistas*] e o quarto republicano. Suas discórdias intestinas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte apoderar-se de todos os postos de mando – exército, polícia, aparato administrativo – e fazer saltar, a 2 de dezembro de 1851, o último baluarte da sociedade burguesa: a Assembleia Nacional. Assim começou o Segundo Império, a exploração da França por uma quadrilha de aventureiros políticos e financeiros, mas também, ao mesmo tempo, um desenvolvimento industrial como jamais teria sido possível conceber-se sob o sistema mesquinho e pusilânime de Luís Felipe, no qual a dominação exclusiva se encontrava em mãos de um pequeno setor da grande burguesia. Luís Bonaparte retirou dos capitalistas o poder político com o pretexto de lhes defender, de defender os burgueses contra os operários, e, por outro lado, de defender os operários contra a burguesia; mas, ao invés disso, seu regime estimulou a especulação e as atividades industriais: em uma palavra, o auge e o enriquecimento de toda a burguesia em proporções até então desconhecidas. Certo é que foram ainda maiores as proporções em que se desenvolveram a corrupção e o roubo em massa, que pululavam em torno da corte imperial e retiravam bons dividendos deste enriquecimento” (ENGELS, 1980, p. 8-9).

A observação conjunta dos bonapartismos existentes nos dois lados do Reno possibilitou a Engels, abstraindo os traços comuns a ambos, forjar uma definição conceitual que extrapolasse uma experiência concreta em particular. No supracitado artigo “A questão militar prussiana...”, aproximando o *Segundo Reich* alemão do *Segundo Império* francês, apresentou uma interpretação do fenômeno bonapartista que, embora fundamentalmente baseada na situação histórica concreta analisada por Marx em *O 18 brumário*, poderia ser extensiva à experiência alemã em curso. O bonapartismo era tomado, assim, como “a forma necessária de Estado num país onde a classe operária, ainda que tenha atingido um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, foi vencida num grande combate

revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena-burguesia e o exército” (ENGELS *apud* BARSOTTI, 2009., p. 101).

Uma elaboração ainda mais genérica de Engels sobre o bonapartismo – embora, como se pode facilmente notar, haja sempre aspectos gerais do fenômeno contidos nas análises de cada bonapartismo específico, como a do caso francês – é possível de ser encontrada, por exemplo, em sua conhecida obra antropológica *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Num didático parágrafo em que concebe o Estado, desde sua longínqua aparição histórica até a modernidade capitalista, como um instrumento de dominação política controlado diretamente pela classe economicamente dominante, Engels refere-se ao absolutismo e ao bonapartismo como exceções a essa paradigmática definição conceitual – o que, aliás, está na base de nossa compreensão do bonapartismo como uma forma *excepcional* (e não *normal*) de regime político assumido pelo Estado (burguês):

“Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes, e o Estado moderno representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Encontrava-se nessa situação a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; do mesmo modo, o bonapartismo do primeiro império francês [Napoleão I], e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso desse gênero, em que os opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana: aqui, capitalistas e trabalhadores são postos na balança uns contra os outros e são igualmente ludibriados para proveito exclusivo dos degenerados ‘junkers’ prussianos” (ENGELS, s.d, p. 227-228).

Aproveitando-nos das últimas palavras acima, e passando, finalmente, às caracterizações de Engels sobre o (à época) *mais recente caso do gênero* bonapartista, é imprescindível lembrarmos que, ao contrário da experiência francesa, o bonapartismo *bismarckista* foi fruto político direto da luta de classes em uma formação social *tardia* do ponto de vista do capitalismo industrial. Comparada a nações como a Inglaterra e a própria França, a Alemanha de então podia ser considerada como uma nação *atrasada*.

Atraso e bonapartismo: o caso alemão

Na primeira metade do século XIX, o chamado *atraso* alemão expressava-se, sobretudo, na vigência quase plena das instituições do antigo regime, o que impunha pesados óbices ao avanço das relações sociais de produção capitalistas, que, justamente por isto, desenvolviam-se lentamente. O processo de industrialização, apesar de já significativamente relevante na estrutura socioeconômica da região, sobretudo na Prússia, encontrava-se ainda bem aquém do que nível atingido na França, o qual, por sua vez, era ainda bem inferior ao que se verificava na *pioneiríssima* Inglaterra. A partir da década de 1850, entretanto, a modernização industrial ganharia fôlego e se desenvolveriam o comércio, as linhas férreas, a navegação transoceânica e os telégrafos. A burguesia germânica, embora visse seu peso social e econômico crescer gradativamente, encontrava-se afastada do poder político, ainda em posse exclusiva de uma burocracia absolutista que, com o já mencionado grau de relativa independência sobre as classes sociais, governava centralmente para os interesses da aristocracia proprietária de terras (*junkers*). Assim, conquanto tivesse certas demandas atendidas pela casta dirigente, a burguesia não era, de modo algum, uma classe politicamente dominante.

As revoluções francesas de 1848 (fevereiro e junho) e suas correlatas europeias que vieram em seu rastro, em especial a ocorrida em Berlim, ao trazerem à cena histórica o proletariado como uma força política independente, eliminariam de vez qualquer possibilidade de que a burguesia alemã viesse a liderar uma revolução “democrático-burguesa” na região. Acovardados, os industriais e grandes comerciantes, seguidos logo depois pela pequena-burguesia proprietária, abandonariam sem pestanejar o já iniciado processo

revolucionário, atirando-se nos braços de seus “inimigos” *junkers* visando à contenção do avanço proletário. O pacto *pele alto* com a velha classe nobiliárquica, que se consubstanciava em um compromisso elitista de cunho antipopular, passou a ser, definitivamente, a opção política de uma burguesia que, por ter se desenvolvido tardiamente, deparou-se com seu antagonista social antes mesmo que tivesse ascendido ao poder político. Com efeito, o caminho de acesso da burguesia ao controle do Estado não mais poderia ser um caminho revolucionário. Diferentemente de sua *irmã* francesa, a burguesia liberal alemã tornou-se contrarrevolucionária sem que antes tivesse desempenhado qualquer papel revolucionário, sem que antes tivesse efetivado qualquer revolução “democrática”:

“A desgraça da burguesia alemã consiste no fato de, seguindo o costume favorito alemão, ter chegado demasiado tarde. O seu florescimento coincidiu com o período em que a burguesia dos outros países da Europa ocidental se encontra já em declínio. Na Inglaterra, a burguesia só pôde levar o seu verdadeiro representante Bright ao governo ampliando o direito eleitoral, medida cujas conseqüências devem por fim a todo o domínio burguês. Na França, onde a burguesia enquanto tal, enquanto classe, só pôde dominar dois anos sob a república, 1849 e 1850, só conseguiu prolongar a sua existência social cedendo a sua dominação política a Luís Bonaparte e ao exército. Dado o extraordinário desenvolvimento alcançado pelas influências recíprocas entre os três países mais avançados da Europa, é já completamente impossível que a burguesia se possa instalar comodamente no poder na Alemanha quando na Inglaterra e na França esse poder caiu.

A particularidade que distingue a burguesia de todas as outras classes dominantes que a precederam consiste precisamente no fato de no seu desenvolvimento existir um ponto de mudança, depois do qual todo o aumento dos seus meios de poder, e portanto dos seus capitais em primeiro lugar, apenas contribui para torná-la cada vez mais incapaz de exercer o seu domínio político. ‘Atrás da grande burguesia está o proletariado’. À medida que a burguesia desenvolve a sua indústria, o seu comércio e os seus meios de comunicação, ela engendra simultaneamente o proletariado. E ao atingir um determinado momento, que não é o mesmo em todo o lado nem sequer é obrigatório para uma determinada fase do desenvolvimento, a burguesia acaba por dar-se conta de que o seu acompanhante

inseparável, o proletariado, começa a ultrapassá-la. A partir desse momento, perde a sua capacidade de exercer o domínio político em exclusivo, e procura então os seus aliados, como os quais compartilha o seu domínio, ou a quem, conforme as circunstâncias, o cede por completo.

Na Alemanha, esse ponto de mudança já tinha chegado para a burguesia em 1848. Se bem que seja certo que então a burguesia alemã não se assustou tanto com o proletariado alemão quanto com o proletariado francês. Os combates de junho de 1848 em Paris ensinaram-lhe aquilo que a esperava. A agitação do proletariado alemão era suficiente para lhe demonstrar que na Alemanha haviam sido lançadas as sementes capazes de dar a mesma colheita. E a partir desse momento ficou partido o fio de ação política da burguesia alemã. Esta começou a procurar aliados e a vender-se por qualquer preço; de então pra cá [1874] não avançou um único passo” (ENGELS, 2008, p. 44-45).

A emergência revolucionária do proletariado no cenário político-social teria obrigado, assim, a “revolução burguesa” alemã, entendida aqui no sentido da objetivação do moderno capitalismo industrial, a se realizar por uma via não revolucionária. Embora já viesse se processando gradualmente, essa “revolução burguesa” só se efetivaria plenamente sob o bonapartismo *bismarckista*, quando um novo e centralizado aparelho estatal, gozando de autonomia face às classes sociais, dirigiria um acelerado e vultoso processo de industrialização. Completando exitosamente a unificação nacional, Bismarck alçaria a recém-formada nação à condição de potência econômica internacional com pretensões imperialistas.

Dirigida por uma cúpula militar-burocrática, a “revolução burguesa” alemã exprimiria, em sua essência, uma aliança entre a ascendente burguesia industrial e a nobreza latifundiária *junker*; impulsionada fundamentalmente pelo temor, comum a ambas, do jovem proletariado revolucionário, essa aliança seria realizada por um Poder Executivo que se postava com relativa independência face ao conjunto das classes proprietárias, novas e velhas. Uma célere modernização capitalista industrial que, no entanto, preservaria a antiga estrutura fundiária prussiana, de matriz feudal, além da forma monárquica (porém não mais absolutista), representada pela figura do *Kaiser* (dinastia dos *Hohenzollern*), apareceria como o resultado histórico desse “pacto”

aristocrático-burguês comandado *arbitrariamente* pela *mão de ferro* de Bismarck.⁶ Ao levar a cabo essa *tardia* “revolução burguesa” – e precisamente devido ao seu caráter *tardio* – o *bismarckismo* seria impingido a executar também (e o faria com maestria) a tarefa de incorporar subalternamente à esfera pública o sempre potencialmente perigoso proletariado que, desde 1848, continuava ininterruptamente a crescer numérica e organizativamente. Por comparação à *clássica* experiência jacobino-francesa de revolução burguesa – que, contudo, como bem alertou Thompson, seria mais a *exceção* do que a *regra* no processo histórico (THOMPSON, 2001) – o processo alemão em questão inspiraria a construção analítica de um “modelo” de passagem à sociedade burguesa que receberia diversas denominações como “via prussiana” (LÊNIN, 1980), “revolução sem revolução”, “revolução-restauração”, “revolução passiva” (GRAMSCI, 2007), “revolução pelo alto” e “modernização conservadora” (MOORE JR., 1983).

Bonapartismo: um caminho político para a modernização retardatária

Na apreensão de Engels, o *bismarckismo* derivaria, portanto, de um complexo quadro social no qual três protagonistas se fariam presentes, relacionando-se dialeticamente: a antiga aristocracia fundiária, a nova burguesia industrial e o recente proletariado fabril. Em um trabalho voltado para a “questão habitacional” prussiana, Engels tomaria a *variante* bonapartista de

6 “Nesse sentido, a Alemanha era o inverso da França: chegou mais tarde à industrialização, mas com um impulso muito mais forte. Saltou a etapa das longas décadas da Revolução Industrial, que só conheceu de forma epidérmica em algumas partes da Saxônia e do Reno. Mas, simetricamente, a democracia surgiu organicamente frágil e sem a ‘vitalidade republicana’, ou seja, a necessidade por parte da classe dominante de aparentar um ‘exercício legítimo’ do poder, que três revoluções deixaram como herança na França. Em uma palavra: Na Alemanha, a democracia-liberal nasceu submetida a uma ameaça bonapartista e limitada por uma vida parlamentar inarticulada e sem substância, enquanto o Estado se fortalecia sob a égide de da burocracia civil prussiana e a tutela de um exército com mentalidade imperialista e equipado com os mais modernos armamentos.” (ARCARY, 2002, p. 83).

Bismarck como um corolário político do caráter *tardio* da formação social alemã. Simultaneamente, a máquina estatal *bismarckista* se equilibraria entre a nobreza *junker* e a burguesia, e entre esta última e a pujante classe trabalhadora:

“Na realidade, tal como existe na Alemanha, o Estado é produto necessário da infraestrutura social que o determina. Na Prússia – e, hoje, a Prússia é um bom exemplo –, ao lado da nobreza ainda poderosa, constituída por grandes proprietários fundiários, existe uma burguesia relativamente jovem e particularmente covarde, que, até agora, não conquistou o poder político nem diretamente, como na França, nem mais ou menos indiretamente, como na Inglaterra. Ao lado dessas duas classes, multiplica-se rapidamente e se organiza progressivamente um proletariado que, em termos de intelectualismo, é muito desenvolvido. Encontramos, pois, aqui, um duplo equilíbrio: o equilíbrio entre a nobreza fundiária e a burguesia, condição essencial da velha monarquia absoluta; e o equilíbrio entre a burguesia e o proletariado, condição essencial do bonapartismo moderno. Mas, tanto na velha monarquia absoluta como na moderna monarquia bonapartista, o verdadeiro poder governamental está nas mãos de uma casta especial de oficiais e de funcionários que, na Prússia, é recrutada, em parte, nas suas próprias fileiras; em parte na pequena nobreza de morgadio; mais raramente, na grande nobreza, e, em menor parte, na burguesia. A autonomia dessa casta, que parece estar fora e, por assim dizer, acima da sociedade, confere ao Estado a aparência de autonomia em relação à sociedade” (ENGELS, 1981, p. 133).⁷

A partir da análise de Engels em tela, pode-se inferir que o bonapartismo alemão, distintamente de seu antecessor francês, se constituiria em uma forma política cuja aparição indicaria não só a substituição de um regime político (absolutismo) por outro (bonapartista) – ambos caracterizados por uma visível independência da máquina estatal face à sociedade –, mas também, e fundamentalmente, a transformação de um tipo de Estado (feudal) em outro (burguês).⁸ A adição de um novo “equilíbrio” (entre a burguesia e o

7 O texto em questão (“A burguesia e o problema habitacional”, que pode ser encontrado também pelo nome de “Como a burguesia resolve o problema da habitação”) se constitui na segunda parte da obra *Contribuição ao problema habitacional*, de autoria do próprio Engels, a qual pode ser vista por completo em MARX; ENGELS (s. d, v. II).

8 Endossamos aqui a definição de Perry Anderson do absolutismo como uma forma política do “Estado feudal tardio” europeu. (ANDERSON, 1998).

proletariado) ao outro já existente (entre a nobreza e a burguesia), conformando um “duplo equilíbrio”, talvez tenha sido, se nos pautarmos pelos elementos arrolados por Engels, justamente o meio pelo qual teria se processado essa *dupla transformação* na Alemanha em formação: da forma de regime político e da natureza de classe do Estado.

No fragmento transcrito acima é possível notarmos também outras importantes diferenças entre o *clássico* bonapartismo francês e sua *variante* alemã, as quais seriam bem apontadas por Paulo Barsotti em seu interessante artigo sobre *Engels e o bonapartismo* (BARSOTTI, 2009). Na França, a burguesia já havia conquistado o poder político direto e o exercido “sob a forma exemplar de república parlamentar”, mas, “dividida e temerosa diante do proletariado”, teria aberto mão dele “para garantir seus interesses materiais” (*idem*, p. 106). Já na Alemanha, a burguesia, que ainda não havia “conquistado e exercido sua dominação de classe”, teria se mostrado “igualmente acovardada com a presença operária” e abdicado de suas pretensões de poder, “conciliando seus interesses com as forças da velha sociedade” como um modo de “se afirmar economicamente” (*idem*). Entretanto, segundo Barsotti,

“Ambos [os bonapartismos francês e alemão] têm em comum um relativo atraso industrial, mais acentuado no caso alemão que no francês, e sempre surgem após um período de intensificação da luta de classes, onde o proletariado urbano com presença reduzida joga um papel um papel político limitado, enquanto o elemento agrário torna-se politicamente decisivo. No caso clássico, serão os pequenos proprietários do campo, classe criada pelo “tio” no processo de afirmação da revolução burguesa, que levarão o “sobrinho” ao trono. Na variante prussiana, serão os *junkers*, os grandes proprietários rurais, expressão da velha sociedade feudal que gradativamente irão se aburguesando, dando base e sustentação para o estado bismarckiano” (*idem, ibidem*).

Levando em conta os apontamentos acima, supomos que talvez a experiência bonapartista francesa possa se prestar *mais adequadamente* a comparações com regimes bonapartistas que tiveram lugar quando a moderna burguesia já se encontrava no comando do poder político em seus países, dado que Luís Bonaparte usurpou o poder que os capitalistas franceses exerciam

então por intermédio da Assembleia Nacional. O bonapartismo francês do *Segundo Império* surgiu, assim, em uma formação social na qual a revolução burguesa, sobretudo no sentido de implementação do modo de produção capitalista, já havia se realizado, e onde a burguesia, como salientou Barsotti, já detinha as rédeas do poder político. Embora um grande salto na industrialização francesa viesse a ser dado sob o regime de Napoleão III, as condições básicas para a emergência de uma sociedade urbano-industrial já haviam sido criadas pela primeira Revolução Francesa, na medida em que esta quebrara o poder político aristocrático e eliminara os entraves ao desenvolvimento das relações sociais e forças produtivas capitalistas. Luís Bonaparte colocou-se, assim, como um *árbitro* entre a dividida burguesia francesa e o ameaçador proletariado, e não, como teria a necessidade de fazer Bismarck (justamente em função do *atraso* alemão), entre a burguesia, o proletariado e a antiga nobreza (que na França de 1851 não apresentava senão um caráter meramente residual).

Evidentemente, o fato de haver melhores condições para se estabelecer uma comparação entre o *clássico* bonapartismo francês e posteriores experiências bonapartistas ocorridas em nações onde a burguesia já se fazia classe politicamente dominante não impede, de modo algum que muitos dos elementos e aspectos daquele rico processo político francês possam ser encontrados, com as devidas particularidades, em outros lugares nos quais os regimes bonapartistas surgiram sem que a revolução burguesa tivesse antes se realizado, e que, no seu sentido “democrático-burguês”, jamais se realizaria.

Nestes casos, entretanto, seria o próprio Estado em um regime bonapartista que, dispensando o modelo “jacobino” e todos os seus inconvenientes traços revolucionários, levaria a cabo a “revolução burguesa”, agora estritamente no sentido de desenvolvimento capitalista industrial (“revolução sem revolução”, “revolução passiva”, “modernização conservadora” etc.). Aqui, a *variante* bonapartista alemã possivelmente mostre-se mais útil analogicamente. Muitos dos traços do *bismarckismo* parecem ter sido reeditados, com as devidas particularidades (nunca é escusado lembrar), por regimes bonapartistas que representaram, eles mesmos, a forma política de passagem à sociedade capitalista industrial, na qual a moderna burguesia poderia vir depois, dependendo das circunstâncias históricas de cada país, a alcançar diretamente o

leme do Estado. A existência, detectada por Engels, de um “duplo equilíbrio” constitutivo do bonapartismo *bismarckista* encontraria, pensamos, uma equivalência em muitos dos bonapartismos surgidos nos países de capitalismo *tardio* em fins do século XIX, como Itália, Japão e mesmo a Rússia (já que a velha monarquia absolutista czarista assumiu, a partir de determinado momento, o papel de condutora do processo de industrialização retardatária da *atrasada* nação). Também nestes países, os aparelhos estatais, responsáveis pelas “modernizações conservadoras”, elevaram-se acima das antigas e novas classes proprietárias e, no lugar de ambas, estabeleceram, ao seu modo (autoritário, repressivo e, por vezes, cruento) as relações como o antagonista social em formação, o proletariado.⁹

9 O “duplo equilíbrio” *bismarckista* permitiria também, a nosso ver, um paralelo com alguns regimes bonapartistas situados em meados do século XX nos países *atrasados* de natureza “colonial”/“semicolonial”. Colocando-se concomitantemente acima das classes dominantes latifundiárias (embora não feudais), da débil burguesia industrial e do jovem e crescente proletariado, aqueles bonapartismos dirigiram o processo de transformação de suas sociedades agrário-exportadoras em sociedades urbano-industriais – ou seja, dirigiram suas “revoluções burguesas”. Em função de seu caráter estruturalmente *dependente*, esses países de industrialização capitalista ultra-retardatária apresentariam ainda como um componente fundamental de seu complexo tecido social o capital estrangeiro que, subordinando o conjunto das classes proprietárias (porém vinculado mais diretamente aos setores latifundiários, abertamente contrários a um modelo de industrialização nacional que secundarizasse a agricultura) se constituiria também em um dos pilares sobre os quais se apoiariam aqueles regimes bonapartistas periféricos de cunho modernizador. Os regimes latino-americanos da década de 1930 analisados por Trotsky (os “bonapartismos *sui generis*”) teriam por base justamente uma “dupla dominação” imposta sobre os trabalhadores: pelo imperialismo e pela dependente burguesia local (“uma camada social controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários”) (TROTSKY, 2000, p. 132. Tradução nossa). Dessa complexa configuração social surgiriam híbridos regimes “semibonapartistas” que, amparados “entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores”, buscariam, via industrialização nacional, obter uma maior autonomia face ao centro imperialista (*idem*). Vale ressaltar, entretanto, que o fato de o bonapartismo ter-se apresentado em certas formações sociais como a configuração política responsável por suas modernizações industriais, não significa que ele tenha, tal como no *bismarckismo*, expresso naquelas a passagem de um tipo de Estado a outro, dado que em muitos países cuja industrialização só se efetivaria muito tardiamente (como os próprios latino-americanos, por exemplo) nunca havia existido feudalismo e, por conseguinte, nem classe nobiliárquica, nem Estado feudal. Essa ressalva nos leva, portanto, a outra, a qual já antecipamos em um parêntese contido no parágrafo acima: a ainda poderosa classe latifundiária que teria se constituído em uma das bases do “duplo equilíbrio”

Por fim, talvez seja importante esclarecer ainda que a mesma formação social pode vir a apresentar em sua história regimes bonapartistas localizados antes e depois de sua “revolução burguesa” e de sua burguesia ter atingido a condição de classe politicamente dominante. A própria Alemanha, aqui, talvez seja o exemplo que mais venha a calhar: praticamente quarenta anos depois do fim do governo de Bismarck como chanceler do *Segundo Reich* (1871-1890), um novo (e bem diferente) regime bonapartista surgiria nos anos finais e críticos da *República de Weimar* (1930-1933) – na qual a burguesia, fortalecida por anos de bonapartismo, ensaiara exercer diretamente seu poder político sobre a nação.

Do absolutismo ao bonapartismo

Voltando às elaborações de Engels sobre o *bismarckismo*, o teórico alemão, tal como Marx fizera em relação ao bonapartismo francês, ressaltou também o quão veloz e ingente era o avanço das relações sociais capitalistas na Alemanha sob gestão do Executivo militar-burocrático encabeçado por Bismarck, fato este que acabava por conduzir a um *aburguesamento* de parte das velhas classes proprietárias. Segundo Engels, o novo regime, que se desenvolvia a partir da decomposição dos vetustos elementos absolutistas, estaria conduzindo a nação (a começar pelos quadros burocráticos dirigentes) em um processo de adaptação à lógica mercantil e corrupta que rege toda e qualquer sociedade burguesa:

“A forma de Estado que se desenvolveu na Prússia (e, de acordo com o seu modelo, na nova constituição do Império alemão) a partir dessas condições sociais contraditórias e como sua consequência necessária é o pseudoconstitucionalismo – essa é tanto a forma atual da velha monarquia absoluta em deterioração quanto da monarquia bonapartista. Na Prússia, esse pseudoconstitucionalismo apenas encobriu, entre 1848 e 1866, o lento processo de decomposição da monarquia absoluta e tornou-se o seu veículo. Desde 1866 e, sobretudo, desde 1870, a perturbação social e, depois, a erosão do antigo Estado vão-se processando aos olhos de todos com uma rapidez

dos bonapartismos periféricos não era, em absoluto, uma classe de natureza feudal-aristocrática, conforme muitos autores já demonstraram.

que se acelera fantasticamente. O rápido desenvolvimento da indústria e, especialmente, a especulação na Bolsa arrastaram todas as classes dirigentes. A corrupção em grande escala, importada da França, em 1870, desenvolve-se num ritmo inacreditável. Strousberg e Pereire [um então conhecido empreiteiro alemão e um banqueiro bonapartista francês, respectivamente] cortejam-se reciprocamente. Os ministros, os generais, os príncipes e os condes comerciam com ações, apesar dos judeus especuladores mais astutos, e o Estado consagra a igualdade fazendo maciçamente barões os especuladores judeus. A nobreza fundiária, que há muito se dedica à indústria com suas fábricas de açúcar de beterraba e suas destilarias de aguardente, abandonou as sólidas virtudes do passado e engrossou, com seus nomes, as listas dos diretores de todas as sociedades por ações, sejam elas sólidas ou não. A burocracia desdenha cada vez mais o simples recurso aos vales para melhorar os seus vencimentos: abandona o Estado e anda à caça de lugares infinitamente melhor remunerados na administração das empresas industriais – e aqueles que ainda permanecem nos seus postos seguem o exemplo dos chefes: especulam com ações, obtêm uma “participação” nas ferrovias etc. Há mesmo indícios de que jovens tenentes já metem as suas delicadas mãos no jogo da especulação. Numa palavra: a decomposição de todos os elementos do antigo Estado e a passagem da monarquia absoluta para a monarquia bonapartista estão em plena evolução, e, na próxima grande crise industrial e comercial, cairão por terra não só o atual movimento especulativo, mas também o velho Estado prussiano” (ENGELS, 1981, p. 133-134).

Nas últimas linhas acima – afora a previsão um tanto quanto *catastrofista* do autor, e que não se confirmaria tão cedo – chama a atenção novamente a ideia da transmutação da monarquia absolutista em monarquia bonapartista como um elemento determinante da (e determinado pela) “revolução burguesa” alemã. Em um complemento escrito em 1874 ao prefácio de 1870 para seu livro *As guerras camponesas na Alemanha* (escrito em 1850), Engels apresentaria novamente essa interpretação do processo histórico alemão, então ainda em curso:

“A premissa fundamental da monarquia, que ia se decompondo lentamente desde 1840, era a luta entre nobreza e a burguesia, luta essa em que a monarquia mantinha o equilíbrio. Mas, a partir do momento em que já não se tratava de defender a nobreza da pressão da burguesia, mas sim de proteger todas as classes possuidoras da pressão da classe operária, a velha monarquia absoluta teve de transformar-se

completamente em monarquia bonapartista, a forma de Estado especialmente elaborada para esse fim. Noutra lugar (“Contribuição ao problema da habitação”, 2ª parte),¹⁰ já examinei essa passagem da Prússia para o bonapartismo, se bem que ali tenha podido deixar sem o devido relevo um ponto que é aqui muito especial, a saber, que essa passagem foi o maior avanço feito pela Prússia desde 1848. Até aí tinha ficado à parte do desenvolvimento moderno. A Prússia continuava a ser um Estado semifeudal, enquanto o bonapartismo é apesar de tudo uma forma moderna de Estado que pressupõe a eliminação do feudalismo. A Prússia deve, portanto, decidir-se a terminar com os seus numerosos vestígios de feudalismo e a sacrificar os seus *junkers* enquanto tais. Tudo isso vai sendo feito, naturalmente, da maneira mais suave e ao compasso da melodia preferida: *Immer langsam voram* (Sempre em frente, sem pressa – latim) [...]

Desse modo, correspondeu à Prússia o destino peculiar de culminar nos finais deste século [XIX], e sob a forma agradável do bonapartismo, a sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813 e que deu um passo a frente em 1848. E se tudo correr bem, se o mundo ficar quieto e tranquilo e nós chegarmos a velhos, talvez em 1900 vejamos o governo prussiano acabar realmente com todas as instituições feudais e a Prússia alcançar finalmente a situação em que se encontrava a França em 1792” (ENGELS, 2008, p. 49-52).

A descrição feita por Engels dos caminhos próprios seguidos pela “revolução burguesa” na Alemanha é expressiva da perspectiva histórica que vertebrou as análises do autor sobre o fenómeno *bismarckista*. Em uma palavra, o regime do *Segundo Reich* se constituiria em uma expressão política do longo *atraso* alemão, e estaria justamente na tentativa de sua superação (por meio de um projeto *modernizante-conservador*) um dos principais objetivos históricos do bonapartismo de Bismarck. De um modo semelhante, como dissemos há pouco, outras formações *tardias*, como a italiana e a japonesa, buscariam realizar suas “revoluções burguesas” nas últimas décadas do século XIX também por meio de regimes políticos autoritários e centralizados – embora, vale ressaltar, o êxito econômico alcançado por Itália e Japão não viesse a ser tão formidável como o obtido pela Alemanha *bismarckista*. Também nessas outras formações sociais, um novo e encorpado aparelho estatal, de traços

10 “A burguesia e o problema habitacional”.

bonapartistas, seria o principal executor da tarefa de modernizar capitalisticamente a nação (o que um autor como Gramsci tentou apreender a partir de conceitos como “revolução passiva” e “cesarismo”).¹¹

Bonapartismo, corporativismo e massas populares

Um último elemento do bonapartismo alemão apontado por Engels que gostaríamos de realçar aqui é a relação estabelecida pela casta burocrática dirigente com as “perigosas” massas populares. Por um viés crítico, Engels destacaria a estratégia adotada pelo novo regime para lidar com a chamada “questão social”, a qual já havia sido objeto de políticas públicas no governo de Luís Bonaparte:

“E esse Estado, cujos elementos não burgueses se aburguesam a cada dia, resolveria a “questão social” ou, ao menos, a crise habitacional? É claro que não – aliás, a verdade é precisamente o inverso. Em todas as questões econômicas, o Estado prussiano cai progressivamente nas mãos da burguesia e se, desde 1866, a legislação nesse pormenor ainda não se adequou inteiramente à burguesia, de quem é a culpa? Da própria burguesia, que antes de tudo é demasiado covarde pra defender com energia as suas reivindicações e, em seguida, protesta contra qualquer concessão que, ao mesmo tempo, forneça novas armas a um proletariado ameaçador. E se o poder de Estado (quer dizer: Bismarck) tenta constituir um proletariado “seu”, ligado a seu aparelho, isso não passa de um miserável stratagem bonapartista, necessário e já conhecido que, em relação aos trabalhadores, só obriga esse Estado a meia dúzia de *slogans* bem intencionados ou, no máximo, a ajudas às sociedades construtoras à moda de Luís Bonaparte” (Engels, 1981, p. 134).

Mesmo não resolvendo os problemas fundamentais do proletariado alemão (conforme afirmou peremptoriamente Engels no fragmento acima), o *bismarckismo*, no melhor estilo bonapartista, levaria a cabo (como já havíamos

11 Conceitos esses que, embora extraídos fundamentalmente do caso italiano, tiveram certamente no *bismarckismo* outra importante fonte de inspiração histórica.

adiantado) o já então indispensável processo de incorporação controlada da classe trabalhadora ao novo ordenamento sociopolítico da nação unificada. Tal como ocorrera no *Segundo Império* francês, o novo regime alemão, lançando mão de práticas assistencialistas e promovendo obras públicas, procurou criar, como assinalou Engels, um proletariado “seu” (um proletariado “artificial”), o qual poderia lhe servir de importante sustentáculo social, provendo-lhe legitimidade política. Habilmente, Bismarck, realizou essa complicada empresa de *inclusão popular* de um modo ainda mais substantivo e aperfeiçoado do que o fizera seu congênere francês, engendrando uma arquitetura institucional de raiz corporativista que reconhecia direitos sociais à classe trabalhadora – muitos dos quais, aliás, constavam na plataforma programática da perseguida socialdemocracia alemã – à medida que extirpava sua independência política. As leis “antissocialistas” (1878) e a criação da Previdência Social (1881) talvez sejam os melhores exemplos do binômio “repressão-reformas” que caracterizaria a política de massas *bismarckista* – como, aliás, a de muitos outros regimes bonapartistas, a começar pelo do próprio Napoleão III.

Cabe ressaltar, ainda, que o método *bismarckista* de incorporação subalterna das massas expunha, por si mesmo, a relativa autonomia da qual gozava a cúpula burocrático-militar do regime diante das forças sociais envolvidas no processo de “modernização conservadora” do país. Nas palavras de Engels transcritas acima, pode-se encontrar a ideia de que o poder de Estado (“quer dizer: Bismarck”) possuía uma significativa capacidade de movimentação política própria, o que lhe permitia, entre outras ações governamentais relativamente independentes, realizar “concessões” ao proletariado às quais a burguesia se opunha frontalmente. Já vimos que, ainda segundo Engels, o bonapartismo pode vir a estimular “pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes” com a finalidade de sobrepor-se politicamente a ambas, com um *árbitro*.¹²

12 Foi talvez seguindo essa trilha analítica que Trotsky se referiria, décadas mais tarde, ao fato de que certos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos praticavam uma política de “manobra” como o proletariado, “chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros” (TROTSKY, 2000, p. 163-164).

À guisa deste artigo, consideramos apenas apropriado lembrar que muitos dos aspectos e elementos apontados por Engels acerca do bonapartismo (tomado como um tipo particular de regime político) reapareceriam nas reflexões de autores como Trotsky e Gramsci sobre as diferentes formas assumidas pelo Estado capitalista nas primeiras décadas do século XX (DEMIER, 2012).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ARCARY, Valério. Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda. *Outubro*, São Paulo, n. 7, 2002.
- ARTOUS, Antoine. *Marx, L'État et la politique*. Paris: Syllepse, 1999.
- BARSOTTI, Paulo Engels e o bonapartismo. *Novos temas*, São Paulo, n. 1. 2009.
- DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, ICHF/PPGH, Niterói, 2012. (<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1389.pdf>)
- DRAPER, Hall. *Karl Marx's theory of revolution (volume I: State and bureaucracy. Chapter 15: "The Bonaparte model")*. New York: Monthly Review, 1977.
- ENGELS, Friedrich. Introdução (de 1895). In: MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Moscou: Progresso, 1980.
- _____. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s.d
- _____. Prefácio à segunda edição alemã (1870/1874). In: *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. A burguesia e o problema habitacional. In: NETTO, J. P.; FERNANDES, F. (orgs.). *Engels. Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

- LÊNIN, Vladimir. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: UFRJ/Unesp, 2004.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s. d., v. I.
- _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *La guerra civil na Francia*. Moscou: Progreso, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Correspondencia*. Buenos Aires: Cartago, 1973.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s. d. 3 v.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971, 2 v.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- TROTSKY, León. *Escritos latinoamericanos*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky, 2000.